

OS PARINTINTIN NA IMPRENSA AMAZONENSE: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A GUERRA

THE PARINTINTIN IN THE AMAZONIAN PRESS: BETWEEN PRACTICES AND REPRESENTATIONS ABOUT THE WAR



ANA RIVICK LIRA BERNARDO⁴⁸⁴

Resumo

O presente trabalho se constitui a partir das preocupações da Nova História Indígena, objetivando identificar e analisar as práticas e representações de guerra dos indígenas Parintintin na imprensa amazonense entre os anos de 1880 e 1920. Para tanto, utiliza-se das noções de prática, representação, do entendimento da guerra indígena enquanto um fato social, da imprensa como força social ativa e da metodologia da Análise de Discurso, para evidenciar o discurso representado nos jornais, no contexto de expansão da fronteira extrativista no Amazonas. Para isso, a pesquisa tem como fonte primária os jornais da Hemeroteca Digital, que juntamente com a bibliografia e os documentos oficiais da época, foram analisados de acordo com a problemática aqui apresentada. Este trabalho caminha na lacuna dos poucos trabalhos no campo da História que tratam dos povos indígenas nos jornais, mantendo a preocupação de evidenciar a agência e o protagonismo indígena, reconhecendo-os enquanto agentes históricos e sociais. Em conclusão, pôde-se evidenciar e compreender o discurso que baseava as notícias sobre a guerra Parintintin, a quem ele se destinava, seu propósito e os interessados em sua divulgação.

Palavras-chave: Parintintin; guerra; imprensa amazonense; prática; representação; Nova História Indígena.

Abstract

The present article is constituted based on the concerns of the New Indigenous History, aiming to identify and analyze the practices and representations of the Parintintin indigenous war in the Amazonian press between the years 1880 to 1920. For this, it is used the notions of practice, representation, the understanding of indigenous warfare as a social fact, the press as an active social force and the methodology of Discourse Analysis, to highlight the discourse represented in newspapers, in the context of expansion of the

⁴⁸⁴Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do Laboratório de Estudos sobre História Política e Trabalho na Amazônia (LABUHTA), atuando na linha de pesquisa Etnicidade e Mundos do Trabalho em perspectiva Decolonial. Membro da equipe editorial da Revista Discente do curso de História da UFAM - Manduarisawa e da Revista do Programa de Pós-Graduação de História da UFAM - Canoa do Tempo. Pesquisa na área de História Indígena e do Indigenismo e História da Amazônia, e atualmente, pesquisa na área de História Política.



extractive frontier in Amazonas. The research has as its primary source the newspapers of the Hemeroteca Digital, which together with a bibliography and official documents of the time, were analyzed according to the problem presented here. This article walks in the gap of the few works in the field of History that deal with indigenous peoples in newspapers, maintaining the concern to highlight indigenous agency and protagonism, recognizing them as historical and social agents. In conclusion, it was possible to evidence and understand the discourse that based the news about the Parintintin war, to whom it was intended, its purpose and those interested in its dissemination.

Keywords: Parintintin; war; amazon press; practice; representation; New Indigenous History.

Introdução

Em busca de analisar e compreender a história dos Parintintin através e para além dos jornais, o presente artigo se debruça sobre as práticas e as representações da guerra desses indígenas dentro da imprensa amazonense, no contexto do final do século XIX e início do século XX.

Os Parintintin são indígenas do tronco linguístico Tupi, que estão presentes na região leste do rio Madeira e são um dos vários grupos que compõem os povos indígenas Kawahiva⁴⁸⁵. Estes indígenas foram muito temidos pelo constante ataque que faziam na região do rio Madeira e seus afluentes, principalmente no período do processo de expansão da fronteira extrativista da borracha e da castanha, momento esse de intensa disputa e intrusão de terras indígenas; e assim passaram a ser considerados um entrave às tentativas de “civilização” e ganho econômico que foram empreendidas naquela região.

Essa situação de conflito ocasionou inúmeras tentativas de atração e “pacificação” desses indígenas, intentos que, em primeiro momento, partiam dos próprios seringalistas, como Manuel de Souza Lobo, que desde 1913 se empenhava neste objetivo por conta do interesse nos territórios, recursos e mão de obra⁴⁸⁶. Segundo João Pacheco de Oliveira⁴⁸⁷, o que se compreendia por “pacificação” na política indigenista dos séculos XIX/XX, refere-se a uma gestão de tutela sobre as populações e territórios indígenas, em que o Estado deveria agir sem violência no contato com as populações indígenas consideradas

⁴⁸⁵ Os grupos Kagwahiva, segundo Waud Kracke, em “A posição Histórica dos Parintintin na Evolução das Culturas Tupi-Guarani” (2004, p. 23), foram denominados Kagwahiva Setentrionais: Parintintin, Jumahui, Tenharim; e Kagwahiva Meridionais: Karipuna, Amondawa e Uru-eu-wau-wau (ou Jupaú).

⁴⁸⁶ LEAL, Davi Avelino. **Mundos do trabalho e conflitos sociais no rio Madeira (1861-1932)**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 170.

⁴⁸⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, p. 125-161, 2014. p. 137.



vulneráveis e desfavorecidas. Mas para além do significado oficial, a pacificação se efetivou como um mecanismo

Para insular os indígenas em pequenas faixas de terras, liberando paralelamente vastos espaços para serem apropriados por interesses privados. A população nativa continuou a ser vista como uma reserva virtual de trabalhadores a serem acionados para múltiplos serviços, sempre com baixa remuneração e desprovidos de garantias legais.⁴⁸⁸

Assim, a chamada “pacificação” dos Parintintin do rio Madeira surtiu o efeito esperado pelos agentes “civilizadores” através das ações de Curt Nimuendajú que, articulado ao Serviço de Proteção aos Índios, iniciou este processo em 1922. Por conta disso, o trabalho se delimita temporalmente entre o fim do século XIX e início do XX, período de maior recorrência de notícias sobre conflitos entre os Parintintin e os não-indígenas no rio Madeira.

Todas as análises e discussões aqui desenvolvidas se fundamentam a partir da Nova História Indígena, que propõe o protagonismo e a agência indígena na sua própria história. Assim, é recuperada a agência desses sujeitos, possibilitando analisar suas decisões de luta, articulação, estratégias e ações; como afirma Maria Regina Celestino de Almeida, “trata-se de deslocar o foco da análise dos colonizadores para os índios, procurando identificar suas formas de compreensão e seus próprios objetivos nas várias situações de contato por eles vividas”⁴⁸⁹. Além disso, na relação entre História e Imprensa, este trabalho atua no campo da História através da Imprensa, tomando o jornal como fonte primária e considerando-o uma força social ativa.

O trabalho também se utiliza das noções de prática e representação, pensadas a partir do campo da Nova História Cultural. A noção de prática é bastante ampla e complementar à de representação. Para o historiador José D’Assunção Barros, são duas noções úteis

Porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, v. 20, p. 125-161, 2014. p. 137.

⁴⁸⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 23.

⁴⁹⁰ BARROS, José D’Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. p. 135.



Assim, a noção de prática pode ser compreendida como o modo de ser de uma sociedade, já a noção de representação, para Chartier⁴⁹¹, será sempre determinada pelo grupo que a forja, e capaz de gerar diversas formas de práticas, por isso, está inserida nas questões de poder e disputa. Portanto, a noção de representação se resumiria como o modo de ver e transmitir a “realidade”.

Outro entendimento importante diz respeito às guerras indígenas, que por vezes foram teorizadas a partir de discursos naturalistas, economistas, entre outros⁴⁹², que retiravam o caráter racional e tático da guerra feita por esses agentes. Portanto, neste trabalho elas são compreendidas levando em conta o seu caráter social, altamente importante na constituição das sociedades indígenas, de variadas formas. Assim, como afirma Florestan Fernandes, “a guerra se nos apresenta como um *fato social*, no sentido restrito de existir como uma das instituições sociais incorporadas a sociedades constituídas”⁴⁹³.

Antes de seguir, vale ressaltar que este artigo é fruto de um trabalho no campo da História que se preocupa com o protagonismo indígena na sua própria história, e que a partir disso, faz uso dos jornais, enquanto fontes ainda pouco utilizadas, para trabalhar a história desses povos que foi ignorada por tempo demais.

Os Parintintin e o rio Madeira: uma sociedade guerreira num território conflituoso

Os Parintintin fazem parte do grupo Kawahiva, presentes desde o século XIX na margem direita do rio Madeira. Existe grande discussão sobre a sua origem geográfica, sendo a mais aceita, a hipótese esboçada por Curt Nimuendajú⁴⁹⁴, de que estes indígenas se deslocaram do rio Tapajós, provavelmente das proximidades do rio Juruena, para a região próxima ao rio Madeira, além disso, coloca como motivo do deslocamento as hostilidades com os Munduruku. Porém, como afirma Davi Avelino Leal, o certo é que ao aparecerem na documentação do século XIX, os Parintintin já se encontravam nos rios Maici, Marmelos e Machado⁴⁹⁵.

⁴⁹¹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Portugal: DIFEL, 2002.

⁴⁹² Pierre Clastres demonstra esses discursos e expõe suas conclusões no texto *Arqueologia da Violência: a Guerra nas Sociedades Primitivas*. In: **Arqueologia da Violência: Pesquisas de Antropologia Política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

⁴⁹³ FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006. p. 21.

⁴⁹⁴ NIMUENDAJÚ, Curt. Os índios Parintintin do rio Madeira. **Journal de la Société des Américanistes**. [s. l.], Tome 16, 1924. p. 207-208.

⁴⁹⁵ LEAL, Davi Avelino. **Mundos do trabalho e conflitos sociais no rio Madeira (1861-1932)**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 140.



Outra questão a respeito dos Parintintin se refere à sua denominação⁴⁹⁶, que não foi um etnônimo autoatribuído, mas se deu a partir da relação interétnica com os Munduruku, considerados seus inimigos, – como a relação entre os Munduruku e os não-indígenas se deu primeiro, o conhecimento que os últimos tinham sobre os Parintintin veio, em partes, através dos Munduruku. Assim, nas palavras de Peggion, o termo Parintintin “encobria uma diversidade de pequenos grupos locais com território determinado e que ocupavam uma vasta área, vivendo entre a aliança e o conflito”⁴⁹⁷. Nesse sentido, como Jorge Campos argumenta, o uso do termo Parintintin na documentação e nos jornais, em detrimento do apagamento da identidade étnica Kawahiva, pode significar a estereotipização e generalização preconceituosa desses indígenas⁴⁹⁸.

O estabelecimento dos Parintintin na região do rio Madeira se deu através de conflitos com outras etnias, como os Torá e os Mura, ou seja, como demonstra Miguel Menéndez⁴⁹⁹, os Parintintin estavam inseridos numa região altamente povoada e de intenso contato interétnico, aparecendo com constância na documentação, a partir de meados do século XIX, juntamente com os Munduruku, Mura e outros. Esses contatos entre vários povos e, posteriormente, o contato com os não-indígenas, produziram dinâmicas próprias de movimentação, relação e guerra na região Madeira-Tapajós.

A partir da segunda metade do século XIX, a recém-formada Província do Amazonas e os interessados na exploração das seringueiras e castanheiras passaram a ter maior interesse no rio Madeira, por ser uma região repleta dessas árvores, além de espaço estratégico para a navegação⁵⁰⁰. Nesse momento, também se fazia urgente as discussões sobre a necessidade de mão de obra, colonização através de imigrantes europeus e

⁴⁹⁶ Através de pesquisas atuais, sabe-se que os chamados Parintintin se autodenominam Pykahu. Cf.: SILVA, Adnilson de Almeida; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Josué da Costa; FLORIANI, Nicolau (orgs.). **Uma Viagem ao Mundo dos Pykahu-Parintintin: Olhares, Percepções e Sentidos**. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

⁴⁹⁷ PEGGION, Edmundo. Conflitos e alianças indígenas no sul do Estado do Amazonas: o caso dos Tenharim do rio Marmelos (Tupi-Kagwahiva). In: **Os outros dos outros: relações de alteridade na etnologia sul-americana**. Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 73.

⁴⁹⁸ CAMPOS, Jorge de Oliveira. **Caminhos da Guerra: os índios Parintintin e as frentes de expansão seringalista no rio Madeira (1853-1923)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. p. 48.

⁴⁹⁹ MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 281-296.

⁵⁰⁰ LEAL, Davi Avelino. **Mundos do trabalho e conflitos sociais no rio Madeira (1861-1932)**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 39.



exploração da terra e dos recursos naturais, assim deu-se a expansão da fronteira extrativista⁵⁰¹ no rio Madeira e em seus afluentes.

Os Parintintin, assim como outros grupos, logo sentiram o impacto da expansão e da intrusão em seus territórios, rapidamente dando mostras de sua grande capacidade guerreira, evidenciada na documentação oficial, nos jornais e nos escritos da época. Nesse sentido, Davi Avelino Leal afirma que “os índios Mura, Parintintin e Arara farão durante o século XIX uma dura e permanente guerra contra a invasão de suas áreas de reprodução física e cultural”⁵⁰².

Em se tratando exclusivamente dos Parintintin, as fontes constantemente destacam o seu não interesse pelo contato “pacífico” e a opção pelo ataque a todos, constatação que se fazia ante à preocupação de achar um meio de submetê-los à “civilização”. No Relatório de João Martins da Silva Coutinho, de 1861, ao explorar a região do Madeira com o objetivo de estabelecer projetos colonizadores e de navegação, o autor constata que

Pela ferocidade e antropofagia, a tribo Parintintin distingue-se entre outras. Estes índios parece que declararam guerra a humanidade. A sua flexa vò a ao indígena, assim como ao branco e ao preto; todos são inimigos. Eles não querem relações com os civilizados, fogem de encontra-los, talvez com razão.⁵⁰³

Ao apontar como os indígenas do Madeira eram um empecilho à civilização, Coutinho conclui que é urgente a intervenção do Estado nessas sociedades, para transformá-las em trabalhadores úteis ao desenvolvimento da província do Amazonas.

Ao serem localizados próximos ao rio Tapajós, no documento de João Barbosa Rodrigues, os Parintintin são descritos como “a unica tribo do Tapajós, que não quer commercio com o homem civilizado e que sempre ataca, quando o encontra”⁵⁰⁴. Na

⁵⁰¹ A fronteira extrativista foi uma proposta teórico-metodológica, formulada por João Pacheco de Oliveira, que considera uma mudança de produção e de relação nos seringais a partir do aumento da demanda externa da borracha e da consequente inserção dessa produção na lógica de economia de mercado; assim, pensar o seringal como fronteira é compreendê-lo “como um mecanismo de ocupação de novas terras e de sua incorporação, em condição subordinada, dentro de uma economia de mercado.” Cf.: OLIVEIRA, João Pacheco de. “A conquista do vale amazônico. Fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p. 118.

⁵⁰² LEAL, Davi Avelino. **Mundos do trabalho e conflitos sociais no rio Madeira (1861-1932)**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 134.

⁵⁰³ Todas as citações diretas que fazem referência à documentação da época estarão com a escrita original. COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório apresentado ao Ilm. EExm. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, por João Martins da Silva Coutinho**. Manaus: Typographia de F. J. da Silva Ramos. 1861. p. 32.

⁵⁰⁴ RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas, Rio Tapajós por João Barbosa Rodrigues**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. p. 133.



mensagem lida pelo governador do Amazonas, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, afirma-se que os Parintintin são “índios indomáveis, antropófagos, inimigos da população civilizada”⁵⁰⁵. Através da documentação citada, fica perceptível o grande incômodo que os Parintintin causavam aos colonizadores, por isso foram considerados um entrave à ocupação e exploração do território do rio Madeira, e assim, a “domesticação” destes indígenas se tornou imprescindível para facilitar a intrusão dos territórios.

A relação dos Parintintin com os seringalistas – maiores interessados nos recursos presentes nas terras desses indígenas –, foi de intenso confronto. Ao analisar a trajetória do seringalista José Francisco Monteiro, Paula de Souza Rosa demonstra como os Parintintin pressionaram fortemente os seus empreendimentos, atacando sua casa comercial no rio Baetas em 1863, e atacando, em 1868 e 1869, o novo lugar escolhido por ele para a exploração das seringueiras, denominado Frechal⁵⁰⁶.

Tendo em vista os constantes ataques dos índios Parintintins, os fregueses que trabalhavam para o comerciante ameaçaram abandonar os serviços caso não mudassem de local. De tal modo, em 15 de maio de 1869, José Francisco Monteiro e seus trabalhadores atracaram próximo ao igarapé Behém, na margem esquerda do rio Madeira, fundando a localidade de Humaitá.⁵⁰⁷

Nesse contexto, outro seringalista que também pode ser citado é Manuel de Souza Lobo, proprietário do famoso seringal Três Casas; ele foi um dos primeiros a tentar “pacificar” os Parintintin, como relata Curt Nimuendajú, por acreditar que assim seria mais fácil estabelecer seus negócios. Por isso, em 1913, Manoel Lobo

Compreendeu que estava no seu interesse próprio, fazer todo o possível para não assanhar os índios, por isso proibiu que seu pessoal atirasse contra eles, sem necessidade eminente e deixou por diversas vezes presentes nos ranchos abandonados que encontrou. Apesar de tudo isto, já além do Maicy-Mirim, sofreu um ataque.⁵⁰⁸

O relato de Nimuendajú possibilita a observação de que mesmo que o seringalista estivesse tentando estratégias de aproximação já realizadas por outros, como pela

⁵⁰⁵ AMAZONAS. *Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da terceira Sessão Ordinária da sétima Legislatura pelo Exmo. Snr. C.^{el.} Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt*. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1912. p. 114.

⁵⁰⁶ ROSA, Paula de Souza. *Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. p. 108.

⁵⁰⁷ ROSA, Paula de Souza. *Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. P. 109.

⁵⁰⁸ NIMUENDAJÚ, Curt. Os índios Parintintin do rio Madeira. *Journal de la Société des Américanistes*. [s. l.], Tome 16, 1924. p. 212.



Comissão Rondon, os Parintintin não estavam interessados neste contato e continuaram por quase uma década no mesmo modo de ação. Além disso, também evidencia a impaciência dos comerciantes pela providência a partir do Estado para lidar com a situação, preferindo eles mesmos arranjar um jeito de subjugar esses indígenas.

Assim, pelos constantes ataques dos Parintintin aos seringais e pelo crescente interesse, a partir do século XIX, sobre as terras – que também não deixou de ser um interesse sobre a mão de obra indígena –, os agentes responsáveis pelo avanço da fronteira extrativista e o Estado logo criaram um “problema” em torno desta questão, que deveria ser solucionada através da subjugação desses indígenas por alguma forma que possibilitasse seu controle. Um dos meios utilizados para discutir esse “problema Parintintin” foi o jornal, que para além de um espaço de registro sobre o que se passava no rio Madeira e seus afluentes, como vimos, também servia para exprimir discursos que se ligavam às intencionalidades e propósitos de alguns agentes e ao contexto do período.

Aldrin Moura de Figueiredo, ao tratar da manipulação da imagem dos Ka’apor pela imprensa, argumenta que as políticas indigenistas também são formuladas a partir de tensões e debates entre vários agentes interessados em dar um destino aos povos indígenas. Nesse sentido, a imprensa se apresenta como esse espaço de defesa de discursos e projetos, uma vez que “a constituição das políticas indigenistas no Brasil não resultou de uma visão unilateral de um grupo ou de uma autoridade governamental, mas ao contrário disso, como um campo de tensões e mediações no espaço político”⁵⁰⁹.

A imprensa como força social ativa: entendendo o seu papel e o seu discurso

A partir do século passado, o jornal tornou-se uma importante fonte de estudos para a pesquisa histórica, por conta da sua capacidade de registrar o cotidiano de várias épocas, a partir de vários agentes e intencionalidades. Porém, os registros não são apenas repetições objetivas dos acontecimentos reais, eles “selecionam, ordenam, estruturam e narram os eventos e os direcionam ao público, conforme os seus interesses e projetos defendidos”⁵¹⁰.

Em reflexão parecida, as historiadoras Cruz e Peixoto também chamam atenção para a atuação da imprensa como uma força social ativa, que além de ser um meio de

⁵⁰⁹ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flechas com ponta de aço: imagem, política e historiografia indigenista na Amazônia nas primeiras décadas do século XXI. *Muiraquitã*, Rio Branco, v.2, n.1, p. 47-71, jul./dez. 2013. p. 63.

⁵¹⁰ TELES, Luciano Everton Costa. História da imprensa no Amazonas. *In: QUEIRÓS, César Augusto B. (org.). Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 374.



propagação ideológica no mundo do capital, é também um agente no processo de constituição de projetos políticos de sociedade, de imaginários, práticas e consciências históricas, ou seja, também tem força de intervenção social.

A imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular relações presente/passado e perspectivas de futuro.⁵¹¹

Ou seja, durante o período de avanço da fronteira extrativista, a produção e a circulação dos jornais no Amazonas também esteve em alta, inclusive se espraiando para as regiões fora da cidade de Manaus, principalmente nas cidades interioranas que tinham alguma aproximação com a produção gomífera, como no caso de Humaitá. Nessa perspectiva, Luís Balkar argumenta que o

Espraiamento da imprensa, pelo sertão ocidental da Amazônia, caminhou a passos com o lento urbanismo que ali foi se desenvolvendo sob a égide da dinamização econômica provocada pela economia da exportação da borracha e pelo deslocamento de populações que ela propiciou.⁵¹²

No caso do presente trabalho, os jornais selecionados para a análise se referem aos que foram pesquisados através do mecanismo de busca do site da Hemeroteca Digital Brasileira, que permite estabelecer limites de localidade e temporalidade, além do uso de palavras-chave; sendo assim, de acordo com os recortes da pesquisa, a localidade se restringiu ao Estado do Amazonas, a temporalidade: entre os anos de 1880 e 1920, e as palavras de busca foram “Parintintin”, “Parintintins” e “Parintintim”. Assim, os jornais selecionados são o *Amazonas*, *Jornal do Amazonas*, *Diario de Manáos*, *Diario Oficial*, *Jornal do Commercio* (AM), *O Correio do Purús*, *A Capital* e o *Imparcial*, que ao todo, contabilizam 36 notícias. A metodologia adotada para a organização e caracterização dos jornais se baseia no esquema apresentado por Renée Barata Zicman⁵¹³, que através de quatro aspectos dos jornais (formais e materiais, históricos, econômicos, e da clientela), permite-nos compreender o contexto de funcionamento do jornal e a quem se destinava.

Assim, sabe-se que a maioria dos jornais selecionados circularam na cidade de Manaus, exceto *O Correio do Purús*, publicado em Lábrea. Os jornais *Amazonas*, *Diario*

⁵¹¹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. p. 259.

⁵¹² PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imprensa e sociedade nos confins da Amazônia (1880-1920). **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 297-323, jan./abr. 2014. p. 308.

⁵¹³ ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985. p. 93.



de *Manáos* e o *Jornal do Commercio*, segundo Maria Luiza, podem ser considerados diários que alcançaram grande circulação e que “se consolidaram enquanto órgãos de comunicação atuantes, mantendo continuidade ao longo de vários anos ou mesmo ao longo de décadas”⁵¹⁴, eles também estavam atrelados aos interesses oligárquicos. Há que se destacar que durante o período recortado para esta pesquisa, o jornal *Amazonas* foi financiado pelo governo (partido conservador) para a publicação da parte oficial⁵¹⁵. O jornal *A Capital, Imparcial* e o *Diario Oficial* também eram diários, mas os dois primeiros circularam por um curto espaço de tempo e o segundo se restringia à publicação de assuntos oficiais (atas, leis e decretos) (FREIRE, 1990). O *Jornal do Amazonas* tinha publicação trissemanal e se autodenominava como órgão do Partido Conservador; já *O Correio do Purús*, era um jornal hebdomadário e órgão do comércio e indústria.

Além disso, para a análise qualitativa do conteúdo das notícias, em primeiro momento, o procedimento metodológico empreendido se fundamenta na Análise de Discurso francesa (AD), que compreende a língua como uma prática social repleta de conceitos e valores que são utilizados para dar sentido ao mundo, portanto, carregada de ideologia⁵¹⁶. Dentro dessa perspectiva, a ideologia, compreendida a partir de Althusser, é a “relação imaginária (a imagem que temos das coisas), transformada em práticas guiadas por essa relação”⁵¹⁷. Assim, na AD, o discurso se constitui dentro da relação entre a ideologia e a língua.

Apoiado nisso, o trabalho de análise dos discursos objetiva identificar nas formações discursivas as suas respectivas formações ideológicas, para então compreender de quais posições os sujeitos estão falando e quais as ideias que defendem⁵¹⁸. “Em síntese, é preciso dimensionar no discurso quais ideias e grupos sociais se confrontam e que interesses e ideologias defendem ou combatem”⁵¹⁹. Para compreender os discursos que aparecem nos jornais sobre os Parintintin e suas práticas de guerra, aplicou-se a proposta

⁵¹⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: EDUA, 2015. p. 28.

⁵¹⁵ CALIRI, Jordana Coutinho. **Folhas da Província**: a imprensa amazonense durante o período imperial (1851-1889). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

⁵¹⁶ SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014. p. 6.

⁵¹⁷ SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014. p. 7.

⁵¹⁸ SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014. p. 11.

⁵¹⁹ ALVES, Paulo. Perspectivas acerca do método e técnica de análise dos discursos. **Revista História**, São Paulo, v. 2, p. 33-37. 1983. p. 34.



metodológica de Sérgio Freire, em que a partir do conceito-análise escolhido *a priori* – guerra *Parintintin* e *Parintintin* –, e de um *corpus* documental pré-definido – os jornais amazonenses (1880-1920) –, aplicam-se três perguntas heurísticas: 1) “Qual é o conceito-análise?”; 2) “Como o texto constrói o conceito-análise?”; 3) “A que discurso pertence o conceito construído?”⁵²⁰.

Assim, a partir das marcas⁵²¹ na superfície linguística do *corpus* documental, o conceito-análise *guerra Parintintin* evidencia as seguintes construções: “horível caçada humana”, “ataque”, “assaltaram”, “assassinaram”, “luta”, “acometem”, “matam”, “luta travada entre eles e os habitantes do lugar”, “triste ocorrência”, “correrias carniceiras”, “violenta cena de canibalismo”, “tragédia”, “violentamente alvejado nas costas por uma flecha”, “arrancam-lhe despidosamente a cabeça”, “violentos golpes de terçado na intenção de arrancar-lhe a cabeça”, “assassinato”, “monstruoso crime”, “praticar as maiores depredações, causando sério terror aos seringueiros”, “levaram a efeito uma das bárbaras cenas do costume”, “algazarra diabólica”, “soltavam ásperos brados de guerra”, “continuam a fazer correrias e praticar depredações”, “barulho medonho”, “tribos de índios indomáveis praticam, uma vez por outra, depredações”, “cenas horríveis”, “façanha de índios”, “terríveis façanhas”, “depredações”, “terrível carnificina”, “toda sorte de depredações, extinguindo vidas laboriosas, trucidando muitas vezes criancinhas” e “façanhas sanguinárias”.

Já o conceito-análise *Parintintin* evidencia as seguintes construções: “subjugadores”, “matadores”, “silvícolas”, “assassinos”, “selvagens”, “raptos”, “perigosos”, “atacantes”, “roubam”, “matam”, “traíçoeiros”, “rapaces”, “ferem”, “ferozes, não se conseguiu domesticar”, “terríveis índios”, “tribo selvagem”, “uma das mais ferozes e destemidas”, “célebre por suas façanhas cruéis”, “seu instinto sanguinaríssimo, descomedido e brutal”, “terríveis índios”, “covardes”, “canibais”, “ferocidade maldita”, “vandálicos selvagens”, “temíveis silvícolas”, “indomáveis habitantes da região”, “mais ou menos domesticados os temíveis índios”, “dominadores daquelas regiões”, “valentes e sanguinários habitantes do Madeira”, “silvícolas indomáveis”, “filhos das florestas virgens”, “ferocidade”, “terríveis”, “dominam vasta

⁵²⁰ SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014. p. 22.

⁵²¹ As marcas são palavras, termos, frases ou elementos que chamam a atenção para o conceito-análise, possibilitando o início da análise. Cf.: SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014. p. 15.



extensão”, “os indomáveis Parintintins e suas atrocidades”, “índios indomáveis”, “bando”, “inimigos ferozes” e “aborígenes entregues aos seus instintos”.

Ao aplicar a terceira pergunta heurística em ambos os sentidos construídos a partir dos conceitos-análise *guerra Parintintin* e *Parintintin*, – a que discurso pertencem tais marcas linguísticas que circunscrevem o sentido da guerra dos Parintintin como uma algazarra diabólica praticada por “índios” selvagens e indomáveis? – evidencia-se um discurso baseado nas ideias positivistas, evolucionistas e “modernizantes”, que no século XIX eram muito correntes⁵²². Depois de identificar o discurso presente nas notícias sobre a guerra Parintintin, realizou-se uma análise mais detalhada, presente no próximo tópico, em que são evidenciados os pontos de maior recorrência e que expressam o discurso já identificado dos enunciadores.

O “problema Parintintin” nos jornais amazonenses: como o discurso se apresenta

Como já evidenciado anteriormente através da Análise de Discurso, o discurso por trás das notícias sobre a guerra Parintintin se baseavam nas correntes de pensamento do século XIX, como o positivismo, o cientificismo e o evolucionismo, que juntamente com a herança colonial brasileira, desencadearam compreensões negativas a respeito da natureza, dos indígenas e dos negros, ao passo que valorizavam a “ordem”, a “civilização”, o “progresso” e a cultura europeia. Assim, a natureza foi vista em oposição à civilização, e nessa visão os indígenas são parte da natureza selvagem, que deveria ser subjugada e servir aos interesses do progresso e da modernidade que, por sua vez, eram subsidiados pelo capital. Somado a isso, esses discursos também são veiculados nos jornais dentro do contexto do avanço da fronteira extrativista da borracha e da alta demanda por terras em áreas ricas em *hevea brasiliensis*, como no caso do rio Madeira.

Manuela Carneiro da Cunha, ao analisar a política indigenista no século XIX, observa como os intelectuais e a sociedade dita “civilizada”, influenciados pelas correntes de pensamento desse período, discutiam sobre a natureza dos indígenas. A humanidade indígena era contestada, sendo recorrente a ideia da bestialidade e fereza desses

⁵²² A influência dessas ideias na sociedade e na História pode ser percebida através da proposta de escrita da História brasileira, idealizada por Karl von Martius, para o concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), realizado em 1845. Cf.: VON MARTIUS, Karl Friedrich; RODRIGUES, José Honório. “Como se deve escrever a História do Brasil”. In: **Revista de História de América**, n. 42, p. 433-458, 1956.



indivíduos, assim como considerações a respeito do estágio inicial ou mesmo degenerado desses povos na “linha evolutiva da civilização”.

Debata-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios ‘bravos’, ‘desinfestando’ os sertões – soluções em geral propícias aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra.⁵²³

De forma mais detida às notícias, analisemos como o discurso e as correntes de pensamento já evidenciadas sobre a guerra Parintintin se apresentam concretamente nos jornais amazonenses. Ao analisar o conteúdo de cada notícia, percebe-se alguns pontos relevantes e que tendem a se repetir, como por exemplo, a utilização de representações sobre as práticas de guerra dos Parintintin de modo a tentar demonstrar a incivilidade e bestialidade desses indígenas. A noção de prática compreende todos os modos de ser e agir de uma sociedade, as formas como as pessoas se relacionam, “falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem”⁵²⁴; ou seja, as práticas de guerra dos Parintintin são sua forma de ação dentro de toda a historicidade dessa etnia, que possui significações próprias, muito anteriores ao contato e à presença dos não-indígenas naquele território. Porém, a partir da noção de representação, entendida como “operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade”⁵²⁵, percebe-se que as práticas de guerra dos Parintintin são representadas de modo a categorizá-las dentro da dicotomia natureza selvagem/civilização, apagando os sentidos que a guerra tem para os próprios indígenas, – principalmente nesse contexto de intrusão de seus territórios – e enquadrando-as como expressões da bestialidade e irracionalidade desses agentes.

Nos seguintes trechos de notícias, as práticas de guerra aparecem como assassinatos cruéis, realizadas por selvagens que não têm sentimento e racionalidade humana, por isso os Parintintin são adjetivados como feras que cometem barbaridades. Assim, argumenta-se que essas representações eram uma forma de classificá-los inferiormente, fomentando práticas e imaginários sociais de violência contra estes

⁵²³ CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 133-154. p. 134.

⁵²⁴ BARROS, José D’ Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. p. 131.

⁵²⁵ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. p. 20.



indígenas, a fim também de justificar as ações empreendidas contra esse povo no contexto do avanço da fronteira extrativista, assim dizendo, justificar as tentativas de pacificação, intrusão de seus territórios e episódios de violência contra os Parintintin.

Em nossa última edição noticiamos em artigo edictorial o *horroso assassinato* praticado na pessoa do inditoso boliviano Prudencio Camargo, no lugar Boiussú, do sitio Paraizo, pelos *selvagens da tribu Parintintins*, a mais famosa e a mais celebre do Amazonas pela sua *felina e bestial fereza*, e que dominam as florestas da margem direita do Madeira (grifo nosso).⁵²⁶

Até agora era a zona, compreendida entre Calama e Três Casas, à margem direita do Madeira, o teatro das *espantosas barbaridades praticadas pelos Parintintins*; assim é que no dia 12 de Junho p findo, aquelles *perversos barbaros* no Boyussú, seringal Paraizo, deram ao infeliz Camargo a *morte a mais cruel*, impossivel mesmo de descrever-se (grifo nosso).⁵²⁷

Os indios, após a *perpetração do delicto*, recolheram o corpo do desventurado caboclo e depois de lhe cortarem varios membros, atirarem o restante à agua. *É mais uma proesa, das muitas feitas pelos malvados Parintintins*, naquella região, onde os moradores vivem alarmados sob a *ameaça dos perigosos indios* (grifo nosso).⁵²⁸

Outro ponto que merece destaque é a questão do medo, que dentro das análises pode ser percebido em três sentidos: o medo real dos não-indígenas em morrerem a qualquer momento por conta de um ataque Parintintin; o medo potencializado nas representações discursivas dos jornais e a apropriação do medo causado pelos próprios Parintintin como forma de repelir os não-indígenas. No primeiro caso, pode-se perceber o medo dos não-indígenas quando constantemente dão o ataque dos Parintintin como certeza da morte, mesmo que ele não viesse a se realizar, além disso, os não-indígenas usavam de estratégias para não serem pegos de surpresa, como o uso de cachorros, cercas de arame farpado e avisos dos habitantes dos locais.

Os aldeados indios andam receiosos de ataques da tribu Parintintin, que ameaçaram destruir a missão, ao que já deram principio matando um capitão dos Torás e pretendendo uma noite invadir a missão, designio que não levaram a effeito por terem sido presentidos.⁵²⁹

Devido a estes ataques o sr. Cavalcante fez construir em redor de sua casa cercas de arame farpado, mas de nada servio porque os Parintintins no presente ataque as destruíram.⁵³⁰

No dia 12 do corrente no Igarapé-assú, do mesmo seringal Paraizo, emboscaram-se, aquelles implacáveis inimigos da civilização, em uma estrada de seringueiras, com o sinistro fim de fazerem ao pobre trabalhador o mesmo que haviam feito a Camargo em Boyussú, o que felizmente não aconteceu por se achar doente e não ter ido a estrada o seringueiro; mas ainda assim teriam

⁵²⁶ **Diario de Manaós**, Manaus, 1893, p. 1.

⁵²⁷ **Diario de Manaós**, Manaus, 1893, p. 1.

⁵²⁸ **A Capital**, Manaus, 1917, p. 1.

⁵²⁹ **Diario Official**, Manaus, 1899, p. 2.

⁵³⁰ **Jornal do Commercio**, Manaus, 1909, p. 1.



vido victima os dois vigias das estradas, si a tempo um cão, que os precedia, não desse com os barbaros que se puzeram em fuga.⁵³¹

No segundo sentido, que se liga à questão da representação e da construção de um imaginário negativo sobre os indígenas, o medo é potencializado através dos adjetivos depreciativos vinculados aos Parintintin nas notícias, que os desumanizavam e representavam suas ações sempre como perigosas à “civilização” e aos “civilizados”, como já se constatou através das marcas citadas anteriormente. Outro exemplo que pode ser citado é o seguinte trecho de notícia, publicado no jornal *Imparcial* (AM), em 1918, em que se evidencia a tentativa de igualar os indígenas, Parintintin ou não, a assassinos.

Os nossos selvagens parece que já estão demasiadamente scientes das leis que os isenta de qualquer pena applicavel aos assassinos. Até hoje não se pode mencionar um mez em que os indios do Amazonas, principalmente os Parintintins, que habitam as regiões do Madeira, não tenham exercido suas accções de incivilisados.⁵³²

Quanto ao terceiro sentido do medo, em uma leitura a contrapelo, os jornais permitem entrever como os Parintintin se apropriaram do medo que causavam para afugentar quem estivesse em seus caminhos. Curt Nimuendajú, em *Os índios Parintintin do rio Madeira*, cita como a tática de guerra dos Parintintin amedrontava qualquer um:

Com a flecha na corda do arco, sem fazer o menor ruído mas com rapidez incrível, o bando se precipita sobre o inimigo e, alcançada a distância própria, todos disparam simultaneamente a primeira flecha, seguida imediatamente pelas outras. Mas, só quando os projéteis estão descendo sobre o alvo é que levantam os seus gritos de guerra, tão inesperada e repentinamente que deixam pasmado de horror áquelle que não estiver familiarizado com a sua tactica. O grito de guerra soa como um *-hi!-hi-i!* guttural, expellido com toda força e repetido irregularmente. Bastam três índios assim gritando para causar a impressão de um exército.⁵³³

Junto a isso, somam-se notícias que demonstram pessoas, principalmente seringueiros, deixando o território, por conta do medo da morte. Inclusive, esse é outro elemento recorrente nas notícias, que se relaciona diretamente com o “problema” criado em torno da presença Parintintin em um território cobiçado pelos seringalistas. Por conta dos seringueiros se estabelecerem em áreas mais isoladas para realizar o trabalho de extração, eram mais atacados pelos Parintintin, e quando essa questão aparece nos jornais, quase sempre está relacionada com a preocupação da perda de mão de obra; ainda que na

⁵³¹ *Diario de Manáos*, Manaus, 1893, p. 1.

⁵³² *Imparcial*, Manaus, 1918, p. 2.

⁵³³ NIMUENDAJÚ, Curt. *Os índios Parintintin do rio Madeira*. *Journal de la Société des Américanistes*. [s. l.], Tome 16, 1924. p. 230.



maioria das notícias não seja possível identificar o autor dos relatos, ainda assim, é possível ver através do discurso qual o interesse por trás do que está sendo dito.

Em alguns afluentes e confluente do rio Madeira, porém, o senhor absoluto é a flexa indígena, que vae dizimando cruel e terrivelmente os extractores da gomma elastica, concorrendo para o abandono das estradas e consequentemente diminuição do fabrico do nosso principal produto de exportação.⁵³⁴

Esta notícia, publicada no *Jornal do Commercio* (AM), em 1918, tem por manchete: “No rio Aripuanã não há garantias de vida: os Parintintins, Nhambiquaras e Araras estão dando cabo dos habitantes daquela zona”; ao fazer uma leitura apenas dessa manchete, poder-se-ia pensar que a preocupação de quem está denunciando os ataques indígenas se estende a todos os habitantes daquele território, porém, ao entrar no corpo do texto da notícia, o discurso se evidencia, demonstrando que a preocupação está na perda de mão de obra e na consequente diminuição da produção de borracha.

Assim, percebe-se também como os maiores interessados na exploração dos territórios Parintintin se colocavam como defensores das demandas da população em geral, como se os seus interesses fossem os mesmos da “sociedade civilizada” do Madeira. Nessa lógica, pode-se argumentar que esse artifício serve de estratégia para legitimar a demanda por algum tipo de providência do Estado, como aparece nos seguintes exemplos.

Concluindo aquelle edictorial, em nome da população alarmada e colhida de pavor pedimos, do alto desta tribuna, providências aos poderes constituídos, e, confiantes, esperamos ainda que o governo tomará uma medida qualquer: é o que é de esperar.⁵³⁵

Os habitantes de rio Machados, afluente do Madeira, sobresaltados com as ameaças de excursão dos terríveis selvagens Parintintins, representaram á Presidencia por intermedio do commerciante desse logar Manuel Pereira Gonçalves, pedindo um destacamento, que podésse com mais segurança velar pela tranquillidade do logar e offerecesse aos ditos selvagens a necessaria resistencia.⁵³⁶

Além da preocupação com a mão de obra, esses agentes também demonstravam uma preocupação com os recursos presentes no território dos Parintintin, através de reclamações sobre como as “terras ubérrimas” estavam impossibilitadas de acesso, por conta da “ferocidade” dos Parintintin, que causavam prejuízos aos interessados na exploração e ao Estado. Inclusive, neste exemplo que se segue, os seringalistas são

⁵³⁴ **Jornal do Commercio**, Manaus, 1916, p. 1.

⁵³⁵ **Diario de Manaós**, Manaus, 1893, p. 1.

⁵³⁶ **Amazonas**, Manaus, 1881, p. 1.



comparados aos bandeirantes, na busca de fortalecer o discurso do progresso e da necessidade de acabar com os indígenas que impediam o avanço da “civilização”.

Os nossos aborígenes entregues aos seus instintos, abandonados pelos poderes públicos, vão com as suas façanhas sanguinárias despovoando rios de uma riqueza incommensurável, trazendo o desânimo áquelles que, quaes bandeirantes, que desbravaram o paiz, constituindo a nossa nacionalidade, avançam pelos confins do nosso Estado explorando terras uberrimas e descobrindo fontes de riqueza inexgotáveis.⁵³⁷

Por fim, outro ponto que merece destaque se refere à recorrência de notícias sobre pedidos de providência ao Estado para que se resolva o “problema” da força de guerra dos Parintintin. Na maioria das notícias, ao apontarem um ataque Parintintin, logo em seguida se fazia um apelo para que o Estado agisse em favor da “civilização”, do direito de propriedade e do direito à vida. Em uma publicação do jornal Humaythaense⁵³⁸, republicada pelo *Diario de Manaós* (AM), em 1893, é noticiado um “horroroso assassinato” praticado pelos Parintintin e logo em seguida, em nome da população, se faz um pedido de providência ao Estado.

Entretanto, julgamos nós, como porta-voz dos nossos direitos civis, como echo e interprete das necessidades de momento de uma sociedade, a qual precisa de garantias, não só para as suas propriedades, como, e o que mais é, para as suas proprias vidas, não estás finda ainda nossa missão de jornalista. [...] É preciso, pois, convir que não se trata de uma veleidade, de meras recreiações ou de fazer espirito, mas de um assumpto de maxima importancia., transcendental mesmo, qual o de acautellar direitos, que são mantidos, garantidos e até previstos pelas leis constituicionaes e organicas que exigem a integridade do direito por estas palavras de J. de Alencar (Esboços Jurídicos) – « O homem, a creatura racional, qualquer que seja a natureza da relação de que se torne agente, ha-de figurar nella revestido dos seus tres meios de acção – *a existência, a propriedade e a liberdade.* » Esses meios de acção são os de que precisamos (grifo nosso).⁵³⁹

Por meio deste trecho, podemos perceber também, a partir da perspectiva de quem o escreve, como os indígenas não eram considerados criaturas racionais, por consequência não teriam direito à existência, à propriedade e à liberdade, como os ditos “civilizados”.

Apesar dos vários pedidos de providência que eram feitos através dos jornais, os maiores interessados no fim da guerra Parintintin e/ou dos próprios Parintintin, não

⁵³⁷ **Jornal do Commercio**, Manaus, 1916, p. 1.

⁵³⁸ O jornal Humaythaense é uma importante fonte, pois era publicado na cidade de Humaitá, que também fora um território Parintintin, e servia aos interesses de seu criador, o seringalista José Francisco Monteiro. Infelizmente, não foi possível ter acesso direto às suas publicações, pois não constavam mais na Hemeroteca Digital Brasileira. Cf.: LEAL, Davi Avelino. “Imprensa e sociedade no jornal Humaythaense (1891-1917)”. In: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (org.). **Imprensa e sociedade na Amazônia (1870-1930)**. Curitiba: CRV, 2017. p. 59-73.

⁵³⁹ **Diario de Manaós**, Manaus, 1893, p. 1.



deixaram de agir por conta própria. Nesse sentido, Curt Nimuendajú atesta os esforços dos particulares em resolver o “problema Parintintin”:

Nas suas correrias annuaes os Parintintin derramavam o terror, a morte, o saque e o incendio no meio dos civilizados, e das represalias que estes costumavam tomar nenhuma melhora resultou, pois nellas os civilizados, ás mais das vezes, se comportaram peor que os seus adversarios selvagens. Bradou-se por medidas energicas ; exigiu-se o extermínio da tribu, e os moradores do sertão contribuíram o mais que foi possível para este fim, fazendo fogo sobre qualquer Parintintin, onde quer que elle se apresentasse.⁵⁴⁰

Assim como também aparece em uma segunda notícia republicada do jornal Humaythaense pelo Diário de Manaós, em que se realiza pedidos de providências ao Estado, mas caso isso não fosse possível, que ao menos ele pudesse secundar os esforços dos particulares no extermínio ou na catequese dos indígenas, pois seriam as únicas formas de dar fim ao referido “problema”.

O nosso intuito, levado ao conhecimento do publico estes acontecimentos, é fazer com que o governo secunde, ao menos, os esforços dos particulares, por meio de providências energicas, que possam garantir as nossas vidas, a nossa propriedade, em constante perigo. Ou a catechese ou o extermínio destas negredandas gerações de feras: não descobrimos outro meio.⁵⁴¹

Assim como nos estudos sobre a imprensa amazonense de Luís Balkar, este trabalho também pôde evidenciar como a imprensa não se apresenta apenas como um meio de informação, “mas é percebida, demandada e atua também revestida dessa dimensão de ‘verniz civilizatório’, mostrando-se capaz de fazer avançar as distantes localidades em direção ao progresso sempre esperado”⁵⁴². Ou como Davi Avelino Leal também já explicitou, os jornais são um meio de difusão de práticas e representações consideradas ideais, que são difundidas a partir do interesse dos dominantes, assim, “a narrativa jornalística elidia ou estigmatizava, com raríssimas exceções, as populações locais, sobretudo as indígenas. A ênfase era difundir a ideia de um progresso universal, necessário e homogeneizador, que dentro da ordem, fazia melhorar a moral dos povos”⁵⁴³.

Considerações finais

⁵⁴⁰ NIMUENDAJÚ, Curt. Os índios Parintintin do rio Madeira. **Journal de la Société des Américanistes**. [s. l.], Tome 16, 1924. p. 210.

⁵⁴¹ **Diário de Manaós**, Manaus, 1893, p. 1.

⁵⁴² PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imprensa e sociedade nos confins da Amazônia (1880-1920). **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 297-323, jan./abr. 2014. p. 311.

⁵⁴³ LEAL, Davi Avelino. Imprensa e sociedade no jornal Humaythaense (1891-1917). In: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (org.). **Imprensa e sociedade na Amazônia (1870-1930)**. Curitiba: CRV, 2017. p. 71.



Em síntese, através da minuciosa análise dos jornais amazonenses, pode-se compreender de que forma os indígenas Parintintin, e por consequência a sua guerra, foram representados no final do século XIX e início do XX, em uma estreita relação com o contexto de aumento da demanda externa da borracha e das correntes de pensamento que basearam os discursos sociais, econômicos e políticos da época – nomeadamente, o positivismo, evolucionismo e ideias de “progresso” atreladas ao capital. Mesmo sem conseguir identificar nominalmente os agentes que estavam por trás das notícias, as metodologias de Análise de Discurso e de tratamento dos jornais possibilitaram compreender o discurso que as baseavam, a quem ele se destinava, seu propósito e os interessados em sua divulgação; questões de grande importância para compreender a relação entre os indígenas Parintintin do rio Madeira e os não-indígenas.

Além do mais, pôde-se demonstrar como a imprensa é uma importante fonte para os estudos históricos, por conta da sua atuação de intervenção social, e inclusive para os estudos étnicos – tema ainda pouco trabalhado a partir desse tipo de fonte –, em que através de uma leitura crítica e a contrapelo é possível evidenciar outras interpretações além da que se pretende oficial. Em suma, a análise evidencia como as notícias desumanizavam, incitavam e justificavam a violência contra os Parintintin, em um contexto de interesse, por parte dos agentes da fronteira extrativista, nos territórios indígenas e nos recursos presentes nesses espaços; nesse contexto, a guerra Parintintin foi classificada e representada nos jornais como demonstração da incivilidade indígena, servindo assim como pretexto para a criação de mecanismos de “controle” desses agentes e de seus territórios.

Data de Submissão: 10/12/2021

Data de Aceite: 02/05/2022

Fontes

AMAZONAS. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da terceira Sessão Ordinaria da sétima Legislatura pelo Exmo. Snr. C.^{el.} Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt.** Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1912.





COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório apresentado ao Illm. EExm. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, por João Martins da Silva Coutinho.** Manaus: Typographia de F. J. da Silva Ramos. 1861.

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas, Rio Tapajós por João Barbosa Rodrigues.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

A Capital (AM), 14 de agosto de 1917.

Amazonas (AM), 20 de maio de 1881.

Diario de Manáos (AM), 23 de julho de 1893.

Diario de Manáos (AM), 10 de agosto de 1893.

Diario Official (AM), 26 de abril de 1899.

Imparcial (AM), 22 de fevereiro de 1918.

Jornal do Commercio (AM), 18 de janeiro de 1909.

Jornal do Commercio (AM), 12 de dezembro de 1916.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALVES, Paulo. Perspectivas acerca do método e técnica de análise dos discursos. **Revista História**, São Paulo, v. 2, p. 33-37. 1983.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

CALIRI, Jordana Coutinho. **Folhas da Província:** a imprensa amazonense durante o período imperial (1851-1889). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CAMPOS, Jorge de Oliveira. **Caminhos da Guerra:** os índios Parintintin e as frentes de expansão seringalista no rio Madeira (1853-1923). 2019. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.



CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 133-154.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. Imagens de índios em ‘O Malho’: a imprensa como mediadora de representações. *In*: Simpósio Nacional de História, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplina: territórios e deslocamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 1-10.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flechas com ponta de aço: imagem, política e historiografia indigenista na Amazônia nas primeiras décadas do século XXI. **Muiraquitã**, Rio Branco, v.2, n.1, p. 47-71, jul./dez. 2013.

FREIRE, José Ribamar Bessa (coord.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**: Catálogo de Jornais. Manaus, Calderaro, 1990.

FREIRE, Maria José Alfaro. **A construção de um réu: Payakã e os índios na imprensa brasileira**. Natal: EDUFRN, 2019.

KRACKE, Waud. **A posição histórica dos Parintintin na evolução das culturas Tupi-Guarani**. Trabalho apresentado no Encontro Internacional sobre as Línguas e Culturas dos Povos Tupi. Laboratório de Línguas Indígenas, Instituto Linguístico, UNB, v. 6, n. 10, 2004.

KRACKE, Waud; LEVINHO, José Carlos. Um mundo em movimento: os Parintintin. **Anuário Antropológico**, v. 25, n. 1, p. 145-156, 2000.

LEAL, Davi Avelino. Imprensa e sociedade no jornal Humaythaense (1891-1917). *In*: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (org.). **Imprensa e sociedade na Amazônia (1870-1930)**. Curitiba: CRV, 2017. p. 59-73.

LEAL, Davi Avelino. **Mundos do trabalho e conflitos sociais no rio Madeira (1861-1932)**. Manaus: Editora Valer, 2020.

MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 281-296.

NIMUENDAJÚ, Curt. Os índios Parintintin do rio Madeira. **Journal de la Société des Américanistes**. [s. l.], Tome 16, 1924.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, p. 125-161, 2014.

PEGGION, Edmundo. Conflitos e alianças indígenas no sul do Estado do Amazonas: o caso dos Tenharim do rio Marmelos (Tupi-Kagwahiva). *In*: **Os outros dos outros: relações de alteridade na etnologia sul-americana**. Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 71-81.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imprensa e sociedade nos confins da Amazônia (1880-1920). **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 297-323, jan./abr. 2014.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: EDUA, 2015.

ROSA, Paula de Souza. **Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014.

TELES, Luciano Everton Costa. História da imprensa no Amazonas. *In*: QUEIRÓS, César Augusto B. (org.). **Historiografia amazonense em perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 371-401.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985

